



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
SCS, Quadra 4, Bloco A, 6º Andar, Ed. Principal
70.304-000 Brasília-DF
Tel. (61) 3213.8081 Fax. (61) 3213.8484

Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Piauí

Elaboração:
Luísa De Sordi Gregório
Consultora Técnica
Vigilância em Saúde de populações expostas a Agrotóxicos – Vigipeq
Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental- CGVAM
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – SVS/MS.

Sumário

Introdução	3
Agrotóxicos no Piauí	4
Intoxicações exógenas por agrotóxicos	5
Intoxicações por agrotóxicos no Piauí	6
Fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Piauí	8
Plano estadual de Vigilância em Saúde sobre Populações Expostas a Agrotóxicos - Vigiagrotóxicos	8
Municípios prioritários	9
Execução do Plano Estadual De Vigilância Sobre Populações Expostas a Agrotóxicos – Vigiagrotóxicos	11
Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano	13
Considerações finais	13

Introdução

O Brasil se destaca, desde 2008, como o maior consumidor mundial de agrotóxicos, respondendo por 19% desse mercado. Em 2012, estudo da ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná¹, mostra que a taxa de crescimento do mercado brasileiro de agrotóxicos, entre 2000 e 2010, foi de 190%, contra 93% do mercado mundial. Em sete anos, a quantidade de agrotóxicos utilizada por área plantada no Brasil aumentou significativamente, passando de mais de 10 kg por hectare em 2007 para mais de 18 kg por hectare em 2012, segundo dados do AGROFIT/MAPA e IBGE.

A compreensão dos agrotóxicos enquanto relevante problema ambiental e de saúde pública vem crescendo em paralelo à ampliação de seu uso e das evidências dos impactos que podem causar. Diante do uso intenso e difuso dos agrotóxicos, é possível considerar que a maior parte da população está exposta a eles de alguma forma. Os trabalhadores rurais são um dos grupos populacionais mais expostos seja nas empresas do agronegócio, na agricultura familiar e camponesa, seja nas fábricas onde são formulados ou nas campanhas de saúde pública onde são utilizados. As comunidades situadas em torno desses empreendimentos agrícolas ou industriais, onde comumente vivem as famílias dos trabalhadores, também são potencialmente expostas. Além disso, os alimentos contaminados com agrotóxicos são potencial fonte de exposição para praticamente toda a população².

Desta forma, cabe ao setor saúde estar atento à exposição ambiental e dos trabalhadores em toda a cadeia produtiva que envolve os agrotóxicos, a fim de propiciar a estrutura necessária para monitoramento, vigilância e assistência da população exposta e potencialmente exposta.

Neste contexto, o objetivo deste documento é apresentar os resultados do monitoramento das ações de Vigilância em Saúde de populações Expostas a Agrotóxicos desenvolvidas no Piauí.

¹ANVISA; UFPR. Seminário de mercado de agrotóxico e regulação. Brasília: ANVISA. Acesso em: 11 de maio de 2014.

²RIGOTTO, Raquel. [organizadora]. Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

Agrotóxicos no Piauí

Desde 2007, observou-se um acentuado crescimento da taxa de consumo de agrotóxicos no Piauí, sem, contudo, observar um aumento significativo de área plantada (Tabela 1). De maneira geral, esse comportamento é semelhante ao perfil nacional, sendo uma de suas explicações o aumento da produtividade agrícola (capacidade de produzir mais por área cultivada).

Tabela 1: Dados de ingredientes ativos, área plantada, taxa de consumo de agrotóxicos e incidência de intoxicações por agrotóxicos no estado do Piauí, de 2007 a 2012.

PIAUI	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ingrediente ativo (kg)	1.608.000	1.694.000	2.336.000	6.552.965	7.209.654	9.998.247
Área Plantada (hectare)	1.199.610	1.200.622	1.280.968	1.254.644	1.388.514	1.417.580
Taxa de Consumo de Agrotóxico (kg/ha)	1,34	1,41	1,82	5,22	5,19	7,05

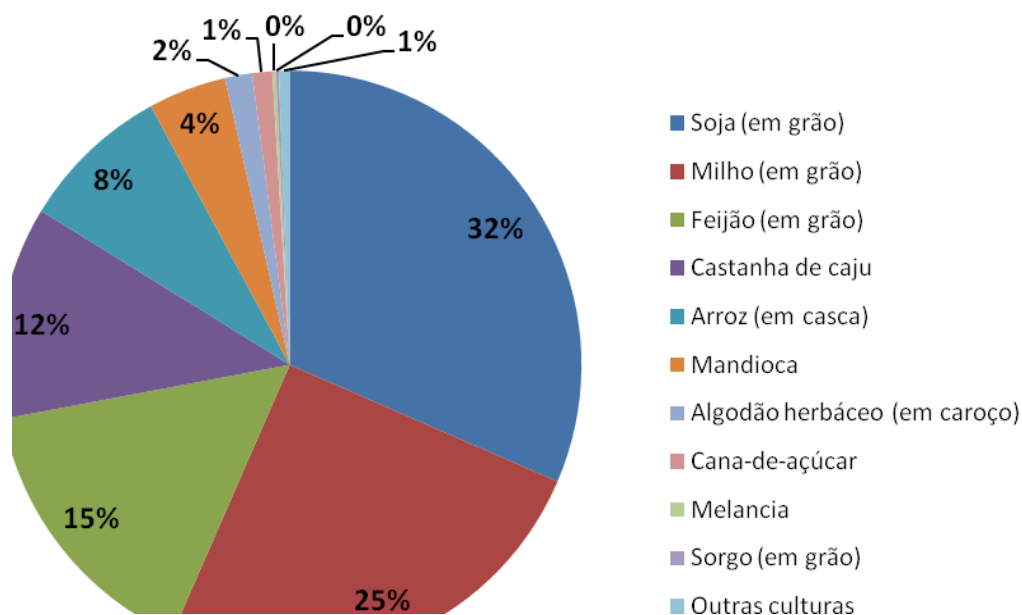
Fonte: IBGE, SINAN e AGROFIT.

*Os dados das intoxicações referentes ao ano de 2012 são parciais.

O último Censo Agropecuário do IBGE, em 2006, recenseou 245.378 estabelecimentos agropecuários no Piauí, sendo que a agricultura familiar predominava em 90% desses estabelecimentos. Dentre os estabelecimentos recenseados para a agricultura familiar, responsáveis por 61% do VBP do estado, estão em maior número aqueles destinados à produção de milho e feijão.

Observa-se a fragilidade da agricultura familiar em relação ao uso de agrotóxicos. A exposição a essas substâncias tende a ser mais significativa nesse grupo devido à falta de técnicas de manejo adequadas e baixo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), entre outros.

A figura a seguir apresenta as principais culturas do Piauí, conforme safra de 2012, e mostra que a produção de soja e milho representou mais de 50% da produção do estado.



Fonte: SIDRA/IBGE, safra de 2012.

Figura 1: Percentual das principais culturas no Piauí.

Intoxicações exógenas por agrotóxicos

A intoxicação por agrotóxicos faz parte da Lista de Notificação Compulsória (LNC) e deve ser notificada semanalmente através da ficha de intoxicações exógenas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)³. A obrigatoriedade dessa notificação foi um marco importante para o fortalecimento das ações das vigilâncias estaduais e municipais e para o monitoramento dos agravos pelo nível federal, uma vez que substanciou um aumento progressivo na detecção e notificação de intoxicações exógenas em todo o país.

A notificação é ferramenta imprescindível à vigilância, por propiciar o monitoramento constante da saúde da população e o suporte necessário para o planejamento, as decisões e as ações dos gestores. Embora os registros no SINAN tenham aumentado nos últimos anos em todo o Brasil, a subnotificação ainda é expressiva. Em face disso, cabe lembrar que as notificações devem ser feitas por qualquer profissional de saúde, bem como os responsáveis pelos estabelecimentos de saúde e de ensino.

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.271, de 06 de junho de 2014. Diário Oficial da União nº 108, Seção 1, págs. 67 a 69, de 9 de junho de 2014.

Intoxicações por agrotóxicos no Piauí

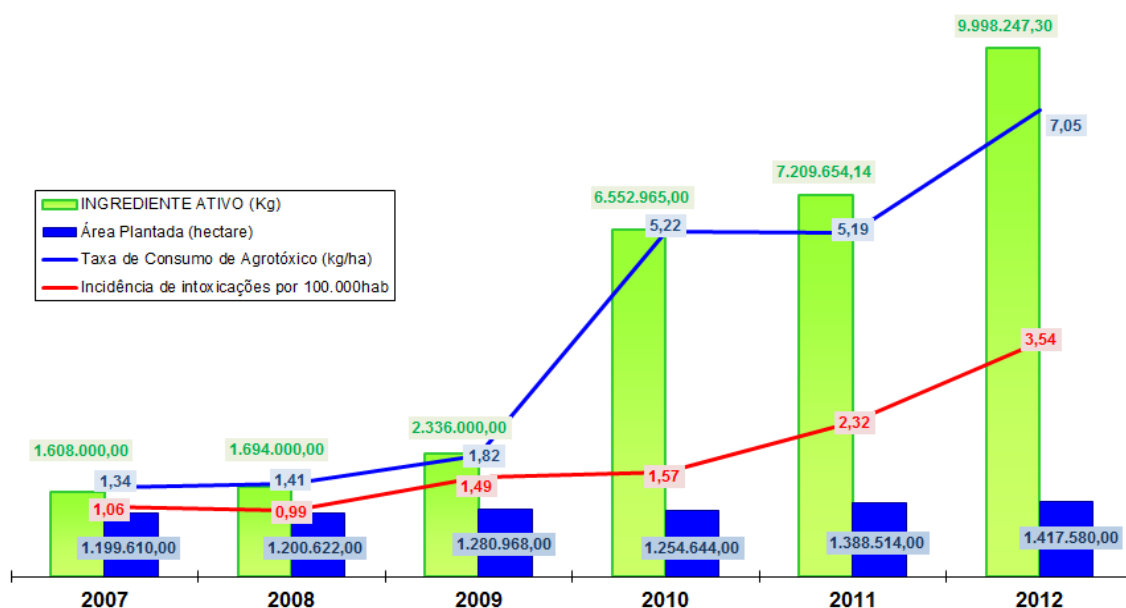
No Piauí, a incidência de intoxicações por agrotóxicos têm crescido nos últimos anos, como demonstram os dados do Sinan e IBGE (tabela 2).

Tabela 2: Incidência de intoxicações por agrotóxicos no Piauí, de 2007 a 2012.

PIAUI	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Incidência de intoxicações por 100.000 hab	1,06	0,99	1,49	1,57	2,32	3,54

Fonte: SINAN e IBGE
* Dados parciais

A consolidação dos dados de evolução da área de produção agrícola, do consumo de agrotóxicos e da incidência das intoxicações no estado (Figura 2) demonstrou que a área plantada no Piauí pouco se alterou ao longo dos anos observados (2007 a 2012). Entretanto, o consumo de ingredientes ativos aumentou mais de 6 vezes no mesmo período, o que representa um importante fator de risco para a saúde da população exposta e potencialmente exposta aos agrotóxicos. Nota-se que o crescimento da incidência de intoxicações por agrotóxicos no estado acompanhou o aumento da taxa de consumo de agrotóxicos por hectare.



Fonte: SINAN*, IBGE e SINDAG * Dados parciais

Figura 2: Consumo de ingredientes ativos, área plantada, taxa de consumo de agrotóxicos e incidência de intoxicação por agrotóxicos no estado do Piauí notificados no Sinan, de 2007 a 2012.

Face à existência de subnotificação dos casos de intoxicação exógena no Brasil, é importante destacar que o aumento do número de notificações e a qualidade e a oportunidade com que forem encerrados os casos são de suma importância para

subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à vigilância em saúde ambiental, visando prevenção de riscos à saúde decorrentes de intoxicação exógenas, qualquer que seja o substrato ou agente tóxico envolvido.

Considerando os municípios priorizados pelo estado, sinalizados em vermelho, estão reunidos na tabela abaixo aqueles que realizaram notificação de intoxicação por agrotóxicos no Sinan, de 2007 a 2012.

Tabela 3: Municípios do Piauí que notificaram intoxicações por agrotóxicos no Sinan nos anos de 2007 a 2012. Municípios prioritários em vermelho.

Município de Notificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Água Branca	0	0	0	0	0	1
Belém do Piauí	0	0	0	0	1	1
Bom Jesus	0	0	0	2	8	7
Brasileira	0	0	0	1	0	0
Campo Grande do Piauí	0	0	1	200	0	0
Campo Maior	0	0	0	0	0	1
Colônia do Gurguéia	0	0	0	0	0	1
Corrente	0	1	2	0	0	0
Cristalândia do Piauí	0	0	0	0	1	0
Cristino Castro	1	0	0	0	0	1
Esperantina	0	3	0	0	0	0
Floriano	0	0	2	2	6	6
José de Freitas	0	0	0	0	0	1
Luíz Correia	0	0	1	0	0	0
Morro do Chapéu do Piauí	0	1	2	0	1	0
Novo Santo Antônio	0	0	1	0	0	0
Oeiras	0	0	0	1	0	0
Parnaíba	0	1	4	4	10	21
Passagem Franca do Piauí	0	0	0	1	0	0
Picos	2	1	2	1	6	9
Piripiri	2	5	17	6	3	6
Redenção do Gurguéia	0	0	0	0	1	0
Santa Filomena	1	0	0	0	0	0
Santo Antônio de Lisboa	1	0	0	0	0	0
Simões	0	0	0	1	0	0
Teresina	25	15	14	26	42	60
Total	32	27	46	45	79	115

Acesso ao banco em 21/05/2014

Considerando que o Piauí possui 223 municípios, observa-se que apenas 26 realizaram notificação de intoxicação por agrotóxicos no período considerado. Assim, nota-se a fragilidade das notificações no estado, reforçada com o quantitativo de

municípios priorizados que realizou notificação no mesmo período: apenas 16, o que representa 7% dos municípios do estado e 21% dos municípios prioritários para as ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.

Fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Piauí

Visando fomentar o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, a Portaria nº 2.938/GM/MS, de 20 de dezembro de 2012, autorizou o repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal.

A Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), vem acompanhando e monitorando as estratégias estaduais para a implantação dessa vigilância nas 27 UFs.

Conforme disposto na referida portaria, a transferência dos recursos aos Fundos Estaduais de Saúde ocorreu de forma automática e em parcela única, de modo que o Piauí fez jus à importância de R\$800.000,00 (oitocentos mil de reais). Em face disso, a CGVAM recomendou ao estado que elaborasse sua proposta de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos e a submetesse à Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

O “Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos” é o documento que traça diretrizes para a implementação da Vigilância e auxilia os Estados na construção das propostas estaduais. O mesmo foi elaborado e pactuado em reunião do Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde (GTVS), com fins de normatização técnica.

Plano estadual de Vigilância em Saúde sobre Populações Expostas a Agrotóxicos - Vigiagrotóxicos

O “*Plano Estadual de Vigilância em Saúde sobre Populações Expostas a Agrotóxicos – Vigiagrotóxicos*” foi aprovado pela CIB do Piauí em 22 de fevereiro de 2013 (Resolução CIB.PI Nº 002/2013). Com base no item III.2 do “*Instrutivo*

Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos”, que define as ações mínimas para a Vigilância, analisou-se o alinhamento entre as ações definidas pelo Plano Estadual e as sugestões do Instrutivo, conforme a Tabela 4.

Tabela 4: Análise das ações do Plano Estadual conforme as ações mínimas de Vigilância previstas pelo *Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*

Ações Mínimas (item III.2 do Instrutivo)	Contemplado pelo Plano Estadual
Medidas de controle e vigilância em saúde no que se refere à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e utilização e destinação final de agrotóxicos.	Sim
Caracterização e cadastramento de grupos populacionais em situação de exposição ocupacional ou ambiental a agrotóxicos.	Sim
Vigilância dos ambientes e processos de trabalho.	Sim
Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano e em outras matrizes de interesse da saúde.	Sim
Alimentação, monitoramento e análise dos dados dos sistemas de informação com regularidade.	Sim
Promoção de estratégias de educação permanente dos profissionais de saúde.	Sim
Informação e comunicação de risco à saúde.	Sim

Salienta-se que todas as ações mínimas previstas pelo “Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos” foram contempladas na Proposta do estado.

Municípios prioritários

É relevante destacar que o estado do Piauí priorizou 77 municípios, o que representa mais de 34% dos municípios do estado (figura 3). Ressalta-se que os municípios com maior atividade agrícola estão entre os priorizados, o que demonstra coerência no diagnóstico situacional realizado pelo estado, bem como reforça a importância das ações que já vem sendo realizadas nessas regiões. Salienta-se que, além da execução direta de atividades, o estado pode trabalhar em parceria com os municípios, buscando sensibilizar os gestores locais a respeito da problemática dos agrotóxicos.

Destacam-se, a seguir, os municípios do Piauí conforme percentual de produção agrícola e os municípios efetivamente priorizados pelo estado (Figuras 3 e 4):

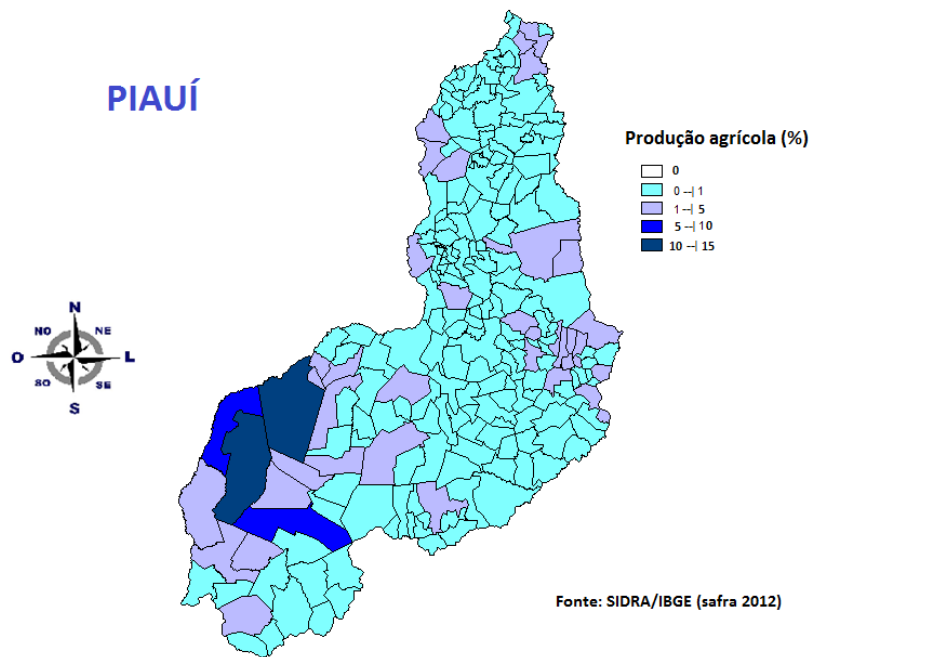


Figura 3: Produção agrícola dos municípios do Piauí

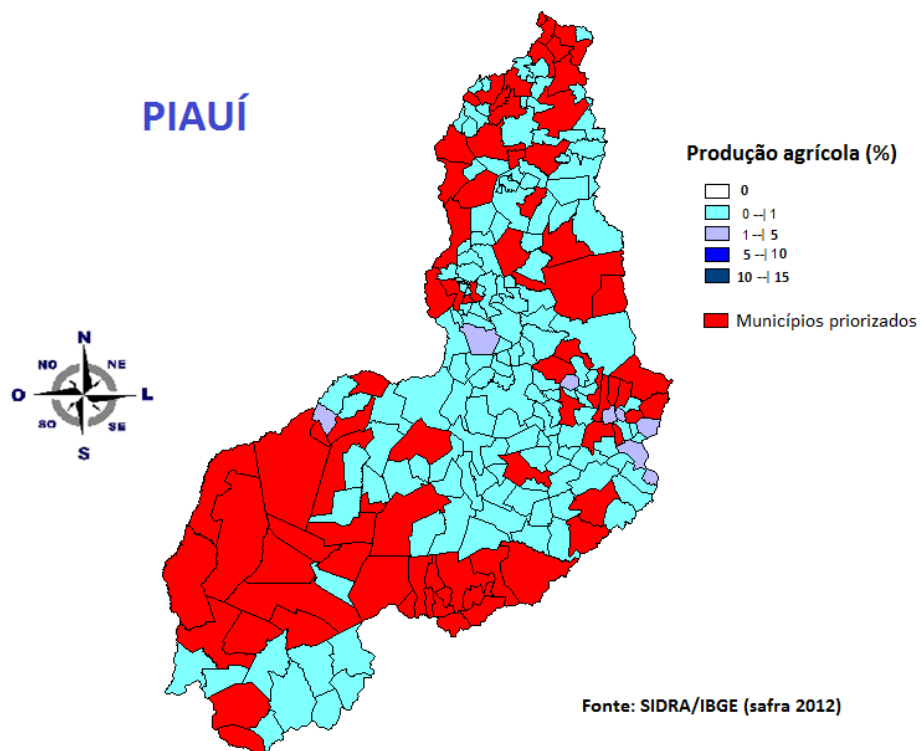


Figura 4: Municípios priorizados pelo estado do Piauí.

Execução do Plano Estadual De Vigilância Sobre Populações Expostas a Agrotóxicos – Vigiagrotóxicos

O *Plano Estadual de Vigilância sobre Populações Expostas a Agrotóxicos* define metas de curto, médio e longo prazos a serem consideradas no ano de 2013 e anos subsequentes (Quadro 1). As ações propostas pelo estado foram divididas em dois subtemas: (1) Integração das ações trabalhadas pelas áreas internas da SESAPI na vigilância de populações expostas a agrotóxicos e (2) Externar o Plano Estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas e/ou potencialmente expostas a agrotóxico junto às instituições parceiras envolvidas com o assunto.

Em abril de 2014, a CGVAM solicitou informações a respeito da execução da Proposta à Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), e o estado mencionou que já foi realizado um Seminário Estadual e que 33% das turmas de qualificação das equipes municipais de saúde no Vigiagrotóxico (22 municípios e 93 alunos) já foram concluídas, apesar dessas ações não constarem no Plano.

Quadro 1: Execução do “*Plano Estadual de Vigilância sobre Populações Expostas a Agrotóxicos*”

Atribuições Executadas
Integração das ações trabalhadas pelas áreas internas da SESAPI na Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos
1. Constituir Comissão Estadual de Vigilância em Saúde Ambiental
2. Mapear áreas de risco e municípios prioritários
3. Mapeamento dos casos notificados de agrotóxicos
4. Qualificar, disseminar/monitorar protocolo de atenção/manejo de pessoas intoxicadas por agrotóxico e construir linhas de cuidado, unidades sentinelas, núcleos de vigilância hospitalar, CITOX, CIEVS
5. Proceder a análise da situação de saúde visando identificar perfis: socioeconômico, mapa produtivo, morbimortalidade e sua relação com suicídio, trabalho (ativo/passivo), acidental, lar, etc., bem como construir indicadores
6. Elaborar Plano de amostragem e implantar a vigilância da qualidade da água para consumo humano quanto ao parâmetro de agrotóxico, atentando para o defensivo circulante e sazonalidade de sua aplicação, com a devida alimentação do SISAGUA
7. Dialogar com as áreas da SESAPI para identificar necessidades de suprimento (insumos, serviços, equipamento, qualificação de pessoas, etc.), com vistas a suprir com a fonte de recursos destinados à organização do Plano Estadual de Vigilância de Agrotóxicos
8. Estabelecer constante e estreito relacionamento com as áreas internas da SESAPI, assim como as instituições parceiras externas, coordenar os trabalhos, socializar informações e resultados, visando integrar as ações e fortalecer o Plano estadual de vigilância em saúde de populações expostas a Agrotóxicos
9. Massificar disseminação de informações sobre o tema, por meio dos meios de comunicação disponíveis
10. Pactuar o Plano Estadual do Vigiagrotóxico na Bipartite
11. Realização de Seminário Estadual
Externar o Plano Estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas e/ou potencialmente expostas a agrotóxico junto a instituições parceiras envolvidas com o assunto
12. MTE/STR – Regulação/fiscalização de práticas patronal/laboral

Atribuições em Andamento
Integração das ações trabalhadas pelas áreas internas da SESAPI na Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos
13. Melhorar a sensibilidade de busca ativa, notificação, investigação/encerramento de casos, rede notificadora, e sua correlação com os defensivos previstos e/ou desviados, com devida orientação para situações de alerta, surto e/ou epidemia
14. Estabelecer rotina com orientações sobre recipiente, volume, coleta e acondicionamento, temporalidade e amostra de: leite materno, água, solo e sedimento para parâmetro agrotóxico, bem como realizar os exames ou atuar como cabeça de rede para o LACEN de referência, bem como alimentação do GAL
15. Realizar coletas de amostras de alimentos (frutas, verduras e legumes) nas áreas prioritárias do Estado, do Piauí definidas para este Plano e divulgação dos resultados das análises do programa de monitoramento de agrotóxico em alimentos (PARA) da ANVISA, bem como informar para a área Ambiental os resultados positivos para fins de cadastro no Sissolo
16. Fazer gestões junto a setores da SESAPI e do MS com vistas a estabelecer a logística reversa para otimizar a destinação adequada dos resíduos de agrotóxicos trabalhados no controle de endemias
17. Assegurar e potencializar a realização de exames de colinesterase de trabalhadores expostos a agrotóxicos
Externar o Plano Estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas e/ou potencialmente expostas a agrotóxico junto a instituições parceiras envolvidas com o assunto
18. Secretaria de Desenvolvimento Rural: ADAPI, EMATER – Regulação/fiscalização da comercialização, armazenagem, aplicação, coibição práticas ilegais, produtos sem registro, resíduos/embalagens, apoio técnico ao produtor rural, etc.
19. FETAG – Controle social, sindicatos, agricultura familiar
20. Ministério Público do Trabalho – Fiscalização de danos ao meio ambiente e condições de trabalho
Atribuições não Executadas
Integração das ações trabalhadas pelas áreas internas da SESAPI na Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos
21. Realizar cadastro de áreas no Sissolo decorrentes de evidências do Vigiagrotóxico (cadastro de áreas plantadas, áreas de colheita, etc.)
22. Realizar inspeções conjuntas em conformidade com o Código Sanitário Estadual (Lei 6174 de 06.02.2012) e evidências do Vigiagrotóxico
23. Inserir as áreas de riscos do Vigiagrotóxico no mapa da saúde do COAPI relativo ao Estado do Piauí
24. Criar e garantir o funcionamento do Observatório de Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos
25. Assegurar e potencializar a realização de exames de colinesterase de trabalhadores expostos a agrotóxicos
26. Externar o Plano Estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas e/ou potencialmente expostas a agrotóxico junto a instituições parceiras envolvidas com o assunto CREA – Regulação de receituário Agrônomo
27. AGESPISA – Controle da qualidade da água
28. FUNASA – Controle dos sistemas por ela implantados, laboratórios de análise
29. SEMAR – Licenciamento ambiental, EIA e RIMA
30. MAPA /CODEVASP– Cadastro brasileiro de empresa produtoras/comercializadoras de defensivos agrícolas
31. IBAMA – Lista brasileira de resíduos sólidos
32. EMBRAPA – Pesquisas
33. IES – Formação, pesquisa e extensão
34. ONG – Defesa do meio ambiente

As ações executadas em sua completude, até o presente momento, representam aproximadamente 52% das ações propostas no “*Plano Estadual de Vigilância sobre*”

Populações Expostas a Agrotóxicos”. As ações já executadas e em andamento perfazem 76%.

Além disso, o estado já tem definido os trabalhos a serem realizados no ano de 2014:

- Treinamento técnico-operacional para os municípios sobre coleta, acondicionamento e envio de água para análise para o parâmetro agrotóxico;
- Treinamento técnico-operacional sobre cadastro de área com população exposta a agrotóxico;
- Supervisão aos municípios treinados sobre Vigiaagrotóxico;
- Prosseguimento dos treinamentos para equipes municipais de saúde sobre Vigiaagrotóxico;
- Acompanhamento de processos de doação de terrenos regionais para a construção de espaço para organizar guarda de agrotóxicos e embalagens vazias de agrotóxicos usados nas endemias;
- Plano de amostragem, coleta/envio de 134 amostras de água de 39 municípios para o parâmetro agrotóxico; e Conclusão de processos licitatórios de materiais para o programa Vigiaagrotóxico.

Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano

Verificou-se que a Vigilância da Qualidade da Água do Piauí monitorou apenas 2 municípios em 2012, segundo o “*Boletim Epidemiológico – Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, 2011/2012*”, da SVS. Entretanto, o número de amostras foi ampliado para 13 em 2013 e a previsão, de acordo com o Plano de Amostragem do estado, é de análise de 134 amostras em 2014. Até abril deste ano, 44 amostras de 14 municípios já haviam sido analisadas, apresentando-se em conformidade com a Portaria MS nº2914/2011. Ressalta-se que as análises têm sido realizadas em águas superficiais, com indícios de contaminação por agrotóxicos, e que são usadas como solução alternativa individual – SAI.

Considerações finais

Destaca-se que o Piauí foi o primeiro estado a pactuar sua Proposta na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e vem demonstrando considerável esforço para

cumprimento das metas estabelecidas. Foi, ainda, um dos estados que enviou à CGVAM um Relatório Anual das atividades realizadas em 2013. Nesse sentido, a CGVAM reconhece e parabeniza a Secretaria de Estado de Saúde do Piauí pelo seu empenho na implementação da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, refletido nas ações propostas já executadas e iniciadas no estado e no expressivo aumento do quantitativo de amostras a serem analisadas para o parâmetro agrotóxico na água para consumo humano. Destaca-se que o Piauí já apresentou justificativa e planejamento para a maior parte das ações ainda não executadas.

A partir do acompanhamento contínuo da implementação do Vigiagrotóxico no estado e da assessoria e videoconferências realizadas, no ano de 2013, os principais desafios identificados para o avanço da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Piauí foram: (1) diagnosticar o perfil de consumo de agrotóxicos nos municípios (princípios ativos mais utilizados); (2) adequação dos depósitos de agrotóxicos utilizados para controle de endemias; (3) destinação final adequada das embalagens de agrotóxicos utilizados para controle de endemias; (4) fortalecimento de parcerias intersetoriais; (5) adequação no fornecimento de Kits de colinesterase para exames em agentes de endemia.

Considerando as atividades não executadas até o momento, sugere-se: definir as áreas a serem cadastradas no Sissolo a partir do diagnóstico realizado pelo estado, com especial atenção às áreas localizadas nos municípios priorizados; definir os parceiros e estratégias de atuação para realização das inspeções conjuntas, bem como elencar dificuldades para que as mesmas possam ser sanadas; definir estratégias para sensibilização de parceiros, uma vez que a maior parte das ações não executadas até o momento está relacionada ao estabelecimento de parcerias intersetoriais.

Em observação à subnotificação dos casos no SINAN e baixo número de municípios notificantes, sugere-se a observação das fragilidades do estado e a intensificação das ações de vigilância e atenção para melhoria na detecção, diagnóstico, notificação e tratamento das intoxicações por agrotóxicos, observando a adequada notificação e o encerramento oportuno dos casos.

Além disso, realizou-se reunião com o Grupo Técnico de Vigilância em Saúde da Comissão Intergestores Tripartite (GTVS-CIT), em 07/02/2014, para apresentação dos resultados alcançados pela Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Naquela ocasião, foi solicitado que os estados buscassem construir

parcerias com seus municípios, a fim de incluí-los no processo e promover sua participação na construção dessa Vigilância.

Esta Coordenação sugere, portanto, que os aspectos discutidos neste documento sejam considerados nas próximas etapas do desenvolvimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos em Piauí, respeitada a autonomia administrativa do estado.